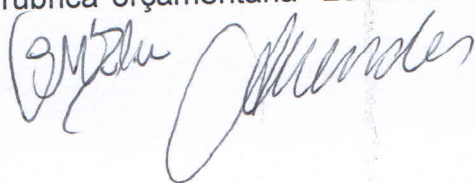


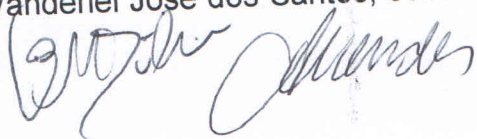
Ata da 5ª reunião ordinária do terceiro período da Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará. Às 19 horas (dezenove horas) do dia 01 de setembro de 2014, na Câmara Municipal, situada a rua 1º de janeiro, 88, centro, São Gonçalo do Pará. Havendo número regimental o Presidente Sr Gilbas Mariano da Silva, convidou a todos para fazerem a oração do Pai Nosso abrindo assim a reunião ordinária. Na sequência solicitou ao Primeiro Secretário Sr Arnaldo Mendes a leitura da ata anterior, que após lida, foi aprovada por todos. Dando prosseguimento foi feita também pelo Primeiro Secretário leitura das correspondências: Ofício 04/2014, do Kumon, solicitando o empréstimo do espaço da Câmara para o dia 17 de setembro, às 19 horas, reunião com pais. Ofício 194/2014 do Executivo, presta informações com relação a indicação de Nº 37 nome para rua C, bairro prolongamento São Francisco, esclarece que o mesmo segue pra análise. Ofício 213/2014, do Executivo, informação presta em atenção ao ofício que solicita pagamento de subvenção a Banda de Música Santa Cecília informa que a mesma deverá comparecer através de seu representante á prefeitura para pegar a lista de documentação necessária para recebimento de subvenção. Ofício 210/2014, Executivo, informação presta, em atenção ao requerimento nº 40/2014 onde solicita informação dos motivos pelos quais ainda não foram depositados PASEP e informações referente a RAIS, responde em anexos conforme colocação do setor de recursos humanos que é órgão responsável. Antes da leitura de ofício encaminhado pelo Executivo o Presidente Gilbas fez a colocação de que o motorista da prefeitura na entrega foi deselegante com o presidente, o qual considerou falta de respeito por parte do funcionário, o que foi presenciado pela Assessora Dra Janice, a vereadora Walquíria e vereador Valdeci. Ofício 217/2014 do Executivo que referente a manifestações em reunião anterior com relação a verba de dois milhões para realização de asfaltamento da estrada que liga a 262 á Comunidade do Quilombo do Gaia. O ofício repudia o ato de políticos que pedem inclusão orçamentária e nada mais fazem além do disposto, não agindo em prol da comunidade. Não basta inserir a previsão pra realização de obras é necessário que se atue politicamente pra priorização da obra perante a união. O que não ocorreu, embora o próprio executivo neste mandato tenha feito tentativas. As expectativas foi encontrada pelo Executivo desde quando assumiu o cargo, sendo as mesmas oriundas de anos anteriores. É fato que desde 2011 conforme emenda nº 48 apresentou se recursos para elevação da obra, mas não houve a disponibilização dos recursos. No ano de 2011 o gestor era Ângelo José Roncalli e o mesmo tinha ligações políticas que inseriram a emenda, os quais apresentaram proposta e os mesmos não conseguiram tornar disponíveis tais recursos. No ano de 2012, ainda sendo gestor o prefeito citado, novamente teria sido oficializado a emenda dentro do orçamento para tal objetivo, no entanto não se conseguiu disponibilizar qualquer recurso para tal obra. Nos anos de 2013 e 2014 não consta que tenha sido inserido no orçamento da união qualquer recurso destinado a tal obra, conforme comprovação de documentos em anexos. Lei Orçamentária Anual da União e



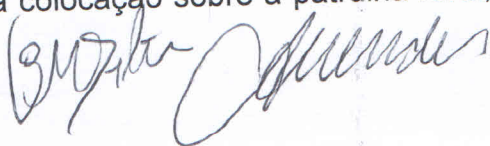
Leis que permitiram a suplementação de recursos orçamentais no ministério do transporte. No entanto há a disseminação de que houve emenda a lei orçamentária da união com previsão de recursos e que não teria havido por parte da administração pública atual a viabilização dos repasses dos recursos ao município o que classifica a informação como mentirosa, visto que não há previsão no presente exercício de recursos para obra citada. Assim pede que seja inserida a resposta em registro em reunião da Câmara. Reafirma o ofício que é pretensão da administração a realização da obra até o final do mandato em 2016. O Presidente Gilbas declarou que foi omitido o ano de 2012 de acordo com o material apresentado pelo Prefeito. Declarou que entregou pessoalmente ao prefeito uma parte da documentação. O que o prefeito enviou ficará a disposição da população na casa e vereadores. O presidente apresentou a documentação enviada pelo prefeito. Ano 2011, ano 2013 e 2014 que realmente não tinha. Relatou que as informações que encontra em créditos especiais em favor do transporte, no ministério dos transportes. Quem fez emenda foi o deputado Fábio Ramalho por que o Jaime foi relator do processo, inclusive consta em ata. Mas a verba foi como se fosse dele pois foi a seu pedido que o deputado Fábio apresentou. Sendo assim o presidente apresentou a ata do DNIT reunião da diretoria colegiada 46/2012 datada de 13 de novembro de 2012, assinada por toda a diretoria. Relato 223/2012/dpp, processo nº 50606.001858-2011 - 10 - inclusão do acesso do Quilombo do Gaia malha rodoviária federal como integrante da rodovia BR 262 MG, iniciando entrocamento da BR262 MG quilometro 429, terminando no Quilombo do Gaia, acesso extensão 2 KM e meio, superfície plana, código de PNV, plano nacional de viação, 262BMG 9010, deliberação aprovado. Emenda Parlamentar do Deputado Fábio Ramalho, que pediu a obra do quilombo, 2012. Lei 12768/2012, abre financiamento da união abre crédito especial, dotação orçamentária, São Gonçalo do Pará, BR 262, MG, valor dois milhões, 27 dezembro de 2012. O que foi imputado nas costas do ex-prefeito, o qual o presidente considerou injusto pois o mesmo estava em final de mandato e poderia nem saber. Decreto 23 de janeiro de 2013, que reabre em favor do Executivo com saldo apurado em 31 de dezembro de 2012. Créditos extraordinários e especiais. Outro documento: investimento público federal em infra estrutura do transporte, valores correntes, junho de 2013, região nacional, modal de transporte, código 782, transporte rodoviário 0031, construção de acesso rodoviário Quilombo do Gaia, São Gonçalo do Pará, BR 262. Valor autorizado, dois milhões de reais. O presidente declarou que quem sofreu com tudo isto foi o Quilombo do Gaia e que infelizmente descobriu isto tardiamente. Houve um pregão na forma eletrônica, de nº 606/2013 do DNIT processo 50 606 000230/2013- 51, edital de pregão, objeto orçamento e licitação de previsão de empresa com vista de supervisão das obras da implantação e implementação de rodovia a saber Rodovia BR 154 MG, os créditos orçamentários necessários ao atendimento correção da seguinte rubrica orçamentária 2678220757 T090031, construção de acesso rodoviário



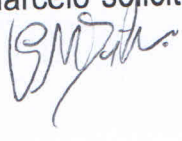

do Quilombo do Gaia, do município de São Gonçalo do Pará, na BR 202, MG, pregão realizado em 10 de setembro de 2013, as 10 horas. Deixou a palavra livre para manifestação dos vereadores. Vereador Vanderlei, disse que questionou que se tudo foi organizado em 2011, inclusive junto a comunidade do Quilombo, por qual razão não deixou esta documentação em andamento para que o outro prefeito desse continuidade? Questionou. Só agora descobriu isto em época de política. O povo tem de saber e perceber que desde a época em que o ministro esteve na comunidade e assinou a documentação teria que ter deixado em adiantamento. É algo que se vê que começam a fazer e no final ninguém faz nada. O Sr Presidente disse que acredita que o ex-prefeito tinha vontade de fazer o asfalto sim. O presidente disse que documentação apareceu agora e teve que apresentar agora, independente de ser época de política. Citou na reunião com vereador Helio junto ao deputado, o nobre deputado apresentou emenda aprovada pelo Fábio Ramalho, no valor de dois milhões. Todas as folhas são rubricadas pelo deputado. O primeiro secretário fez a leitura "Ministério do Transporte, Departamento DNIT, construção de acesso rodoviário de Quilombo do Gaia, município de São Gonçalo do Pará, valor dois milhões de reais. O presidente declarou que não é mentiroso. Tem que haver respeito com a casa e os papéis estão todos em sua mão. Contou que o Quilombo recebeu designação de UBS e tem previsão de término em 2015. Walquiria pediu um aparte e disse que endossou a falta de respeito do executivo com o legislativo. Vereador Manoel relatou que o DNIT está no meio, e o deputado também é culpado, se indicou a obra, tem a obrigação de executar e encaminhar comunicado. O Presidente disse que o nobre deputado solicitou a emenda novamente, não citou o nome por motivo de período eleitoral. E Deus abençoa que vota e aprova. Leitura dos requerimentos; Requerimento nº 42/2014, autoria da comissão Serviço Público de Meio Ambiente, que solicita do executivo cópia do contrato de convênio referente ao UBS do bairro São Francisco foi aprovado por todos. Vereador Vanderlei pediu um aparte, foi concedido, sobre o assunto, disse que conversou com Fátima, na Prefeitura que a mesma relatou que todo o processo está pronto, aguarda-se uma resposta do Incra com relação ao terreno dentro do Parque de Exposição, onde tem se o projeto de construção. Requerimento Nº 43/2014, autoria da vereadora Walquíria, solicitação ao prefeito informações de relação de servidores que estão gozando de férias regulamentares no mês de agosto e setembro, bem como, o termo formal que concede as férias. Foi aprovado por todos. Indicação de nº 48, autoria do Vereador Valdeci, solicita ao executivo envio a Casa de Projeto de lei, nomeando a rua A, no Bairro N. Sra Aparecida, com o nome de rua Antônio Fonseca Mourão. Foi aprovado por todos. Indicação de Nº 39/2014, autoria do vereador Vanderlei, solicitando ao Prefeito, envio de Projeto de Lei nomeando a rua H, no Bairro Lago Azul, Mirante do lago, com o nome de João Rodrigo de Melo. Foi aprovado por todos. Indicação de Nº 40/2014, autoria vereador Vanderlei José dos Santos, solicitando ao Executivo, envio a Casa nomeando



a rua B, Bairro São Paulo com o nome de rua Altavino José de Andrade. Foi aprovado por todos. Projetos de lei. Projeto de lei Nº 17/2014, que disciplina jornada de trabalho foi retirado pelo executivo. Foi feita ofício da apresentação de projetos do Executivo que tratam de nomeação de ruas conforme indicação de vereadores. Projeto de Lei nº 18/2014 que dispôs sobre nomeação de via pública urbana e dá outras providências. Nomeando a rua Amir de Barros Ribeiro, a via pública antes denominada rua 2 no centro industrial Olavo Nogueira Maia. O projeto teve aprovação das comissões de Justiça e Legislação e Serviços Públicos e Meio Ambiente. Colocado em primeira discussão e votação e segunda discussão e votação, foi aprovado por todos. Projeto de Lei nº 019/2014 que dispões sobre a nomeação de via pública urbana e dá outra providências, nomeando a rua Pedro de Souza, no distrito industrial, Olavo Nogueira Maia antes denominada rua 3. O projeto foi aprovado pelas comissões de Justiça e Legislação e de Serviços Públicos e Meio Ambiente. Colocado em primeira discussão e votação e em segunda discussão e votação foi aprovado por todos. Projeto de Lei Nº 20/2014, que dispõe sobre denominação de via pública urbana e dá outras providências, nomeando rua Rita Eduarda da Silva, a rua antes denominada como rua 4, no centro industrial Olavo Nogueira Maia. O projeto foi aprovado pelas comissões de Justiça e Legislação, e Serviços Públicos e Meio Ambiente. Colocado em primeira discussão e votação e segunda discussão e votação, foi aprovado por todos. Projeto de Lei nº 21/2014 que dispões sobre denominação de via pública e dá outras providências. Denominando como rua José Nogueira dos Santos, a rua antes denominada como rua 6, no centro Industrial Olavo Nogueira Maia. O projeto foi aprovado pelas comissões de Justiça e Legislação e Serviços Públicos e Meio ambiente. Colocado em primeira discussão e votação e segunda discussão e votação, foi aprovado por todos. Projeto de lei nº 22/2014 que dispõe sobre denominação de via pública e dá outras providências, denominando como rua Mauro Alves dos Reis, a rua antes denominada como rua I, no conjunto Habitacional Sinésio Ferreira Lima. O projeto obteve votação favorável das comissões de Justiça e Legislação, e Serviços Públicos e Meio ambiente. Colocado em primeira discussão e votação e segunda discussão e votação foi aprovado por todos. Considerações finais. Vereador Arnaldo Mendes com relação a apresentação de documentação referente a verba de dois milhões de reais, ponderou que não pretende se pronunciar pois não teve acesso as documentações nem as apresentadas pelo presidente e nem enviadas pelo Executivo. Apresentou dúvidas como por exemplo, uma verba de um deputado federal majoritário na cidade e que ficou um ano parada e sendo o mesmo deputado expressiva votação, não teve a gentileza de informar nenhum partidário, nem mesmo a Câmara, nem mesmo ao vereador representante dele, sendo que o próprio deputado foi o relator do processo? Questionou. Tem dúvidas. Pediu então cópia de todos os documentos para poder ler e estudar com calma. Relembrou a colocação sobre a patrulha rural, mencionada antes na reunião anterior pelo



vereador Valdeci. Disse que procurou o subtenente Adelmo, e o mesmo declarou que a patrulha Rural é da alçada do estado. Está realmente danificada. Durante um período a patrulha rural de Divinópolis dentro de um cronograma atendeu São Gonçalo, mas também sofreu danos e agora no momento estamos sem a Patrulha Rural que é da alçada do Estado e não da prefeitura. Relatou que está presente moradores da Lagoinha, a convite seu, pois com relação a iluminação da lagoinha, ficou surpreso quando constatou que existem os postes, falta as luminárias, em visita a localidade. Diante disto, pensou em projeto, conversou com o prefeito, sobre a possibilidade da Câmara Municipal devolver aos cofres públicos o valor em conta excedente e que não tem projeto pra o mesmo, para quem mediante projeto de eletrificação, o prefeito possa executar os serviços beneficiando assim a localidade da lagoinha. Isto claro com a concordância dos demais vereadores e do presidente que é quem decide sobre a devolução da quantia a ser devolvida. Relatou que tentou assim achar uma solução prática. O vereador lembrou que pelos seus cálculos a câmara deverá ter em caixa um valor de aproximadamente de 150 a 200 mil de reserva para devolução. Com o orçamento em mãos do projeto de eletrificação, a Câmara repassa o valor ao Executivo, para execução do projeto. E agradeceu a todos por ter aceitado convite. O Presidente relatou que devolução é prerrogativa o presidente tem que ser feita até dia 31 de dezembro. Relatou que considera uma vergonha o Executivo pedir dinheiro á Câmara para realizar projetos. Dentro dos orçamentos da prefeitura tem previsão de 412 mil reais para iluminação. Em resumo disse que prefeitura gasta muito com festas e não tem o mesmo para as necessidades do município. O vereador Arnaldo fez a colocação de que não considera uma vergonha, mesmo por que o projeto não foi do prefeito. O projeto de sua autoria do próprio vereador. Sr Waldech disse que necessita do orçamento do prefeito e o compromisso assinado pelo prefeito de que a verba será utilizada realmente na lagoinha. O vereador Valdeci, considerou que pode até fazer mais que a parte da iluminação, pode ser feito, esgoto, calçamento, asfalto e outra necessidades da localidade. Vamos gastar tudo na Lagoinha. O vereador Vanderlei disse que tem uma questão política, realçou que realmente a iluminação da lagoinha precisa ser feita, mas que festa também são necessárias. Citou o exemplo do ex-prefeito que perdeu a política por não fazer festa. Tudo que ser bem feito, festas, rede esgoto, saúde. O dinheiro tem e é para ser gasto. É para todas coisas que necessita no município. O Presidente disse que vai devolver de acordo com projeto apresentado. E ressaltou que houve uma entrada de 17 milhões no ano passado e foi aprovado no orçamento para 2014 de 23 milhões de reais e que a prefeitura gastou 532 mil em shows. Vereadora Walquíria parabenizou a participação dos moradores da Lagoinha, temos realidade de que se gasta com shows e a infra estrutura esta a desejar. Todo gestor precisa de prioridades. Finalizou solicitando ofício pedindo a viabilidade de limpeza do campinho no bairro Lago Azul. Vereador Marcelo solicitou ofício ao Executivo pedindo quebra molas próximo a casa do

Braz na rua Cruzeiro do Sul. Vereador Valdeci, sugeriu que na devolução do valor a Executivo, seja reunido os vereadores e moradores da Lagoinha para que seja bem documentado. Vereador Waldech agradeceu ao companheiro Vanderlei pela indicação de nome de seu pai para nomeação de rua. A respeito sobre o campinho, disse que conversou com o Secretário, o mesmo disse que vai alongar o campo e colocação de trave, inclusive vai levar a escolinha para o local, uma vez que o campo municipal está fechado para reforma e adequação do campeonato municipal. Vereador Hélio desejou boa noite a todos. Vereador Vanderlei parabenizou ao vereador Arnaldo por ter conversado com o prefeito e saber e achar uma solução para as pessoas. Vereador Manoel parabenizou ao vereador Arnaldo pela atitude. Já que temos que devolver, importante que se faça como foi dito, neste caso atender a comunidade da Lagoinha e reafirmou as palavras do vereador Valdeci, se der, estenda os benefícios com rede de esgoto, rede fluvial. O Presidente disse que não é contra a atitude do vereador, a casa tem suas prioridades e tem que fazer adequações. O presidente solicitou ofício ao Executivo pedindo que seja colocado o valor do orçamento da construção do asfalto do Quilombo e que todos os vereadores vão aprovar. Pode colocar nos orçamentos os benefícios para a comunidade que todos os vereadores aprovarão. Nada mais havendo a tratar, agradeceu e a presença de todos e encerrou a reunião com uma oração final. Eu, como primeiro secretário, lavro a presente ata, que deverá ser lida, aprovada e assinada. São Gonçalo do Pará, 01 de setembro de 2014.

*Gilbas Mariano da Silva*

*Hélio Pereira*

*Waldech José de Mello*

*Valdeci José de Mello*

*Manoel Braz*

*Arnaldo Mendes*

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
GILBAS MARIANO DA SILVA  
PRESIDENTE**